

RESUMO :Este artigo propõe uma descrição do aparelho formal da enunciação, que focaliza o funcionamento do terceiro discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação – terceira pessoa – distância enunciativa – paráfrase

RÉSUMÉ : Cet article propose une description du appareil formal de l' énonciation, qui focalize le fonctionnement du tiers discursive.

MOTS-CLÉ: énonciation – troisième personne – distance énonciative - paraphrase

1. INTRODUÇÃO

Costuma-se falar nas teorias gramaticais e lingüísticas (sobretudo de tipo estrutural) no chamado triângulo pronominal, que seria formado por três vértices: a 1º pessoa = *eu*, a 2º pessoa = *tu* e a 3º pessoa = *ele*. Mas quando se adota uma abordagem enunciativa para refletir sobre a natureza particular dos pronomes, o triângulo perde algum dos seus vértices e começa a coxear. Esta manqueira das teorias egocêntricas (a tirania do *eu*, cf. ORLANDI, 1987) e alterocêntricas (a tirania do *tu*) já foi suficientemente apontada e aqui limitar-me-ei a fazer só uma rápida revisão.

A partir da célebre e inaugural definição da enunciação proposta por Benveniste (1966) como ato individual pelo qual um locutor põe em funcionamento a língua, coloca-se já desde o início, a primazia do *eu* sobre o *tu* e o *ele*. O sujeito falante em sua unicidade empírica, é considerado a origem e fundamento do ato de fala e do sentido, e o *tu* só se coloca enquanto interlocutor-reflexo do locutor (aquele para quem se dirige o ato de fala e o locutor potencial do próximo ato enunciativo). *Eu* e *tu* são termos complementares e reversíveis, porém não são simétricos; o *ego* tem sempre uma posição transcendente (Benveniste, 1966) e o *ele* fica reduzido à não-pessoa. Eis o vértice de uma teoria da enunciação unidimensional.

Por outro lado, quando se tenta reagir contra essa transcendência do *eu*, cai-se nos postulados da Retórica, que consagra a primazia do *tu*, descrevendo e explicando a linguagem pela sua

eficácia, o seu poder de persuasão, os seus efeitos sobre o outro (=auditório), alvo e justificação teleológica do ato de dizer (cf. Perelman, 1970). O *ele* assiste na escuridão dos bastidores à brilhante cena representada nos palcos argumentativos.

Os conceitos de dialogismo e interação propostos por Bakhtin (1982)-Voloshinov (1976) e reelaborados por Ducrot (1984) na teoria da polifonia e por Jacques (1983) na teoria dos co-enunciadores, têm sido considerados freqüentemente como a superação dialética a essas duas tiranias (cf. ORLANDI, 1983).

O conceito de interação verbal ressalta o caráter social do ato de enunciação; ele não é a apropriação da língua feita por um *ego* absoluto nem é destinação teleológica a um *tu* último justificador, mas é a relação dinâmica entre um *eu* e um *tu* sociais em um momento histórico dado. O conceito de dialogismo incorpora essa noção relacional à definição mesma de linguagem: não é só a enunciação, enquanto ato de interação verbal, que é dialógica, mas o próprio signo, pelo fato do sentido se constituir socialmente, é também ele mesmo inerentemente dialógico. A proposta bachtiniana permite evidentemente escapar à polarização desbalanceada na teoria da enunciação: o peso não cai nem a um lado nem ao outro, é a relação mesma entre os termos da balança (o *eu* e o *tu*) que se destaca.

Embora derrocadas as tiranias, o terceiro permanece ainda fora do jogo enunciativo; eis a exclusão do *ele* do triângulo coxo de uma teoria da enunciação bidimensional⁴.

Não pode se esquecer, no entanto, que

Benveniste (1966) dedicou um espaço importante ao estudo das formas pronominais e verbais da 3ª pessoa e dos tempos do pretérito do verbo. Refiro-me à distinção de dois planos enunciativos segundo a presença ou ausência de marcas da enunciação no texto, que permite definir *discurso* como os casos em que a presença de “embrayeurs” obriga a se remeter à situação de enunciação e *história* como aqueles textos nos quais apaga-se toda referência à situação de enunciação, apresentando só formas pronominais e verbais da 3ª pessoa e o verbo em tempo passado simples. Mas o que poderia ter sido uma chance para considerar a especificidade do lugar do *ele* e o seu funcionamento no jogo enunciativo, ficou na descrição dos modos de enunciação e conseqüentemente levou na direção do desenvolvimento de tipologias do discurso (cf. p.e.: SIMONIN-GRUMBACH, 1983).

Sendo que nas teorias gramaticais, sintáticas e lógicas sobre a linguagem o estudo dos problemas relativos ao pronome da 3ª pessoa ganhou sempre destaque indiscutível (pense-se, só para dar um exemplo, no campo inesgotável da anáfora e da referência), cabe se perguntar por que as teorias da enunciação ficaram presas no universo limitado da bidimensionalidade. Colocando a questão de uma outra maneira: quais são as “evidências” na reflexão sobre a linguagem que fecham o jogo enunciativo aos lugares do *eu* e do *tu*, impedindo o deslocamento para o lugar do *ele*? A resposta se apresenta com a força do óbvio: tratando-se de linguagem, trata-se de “falar”; tratando-se de “falar”, trata-se da “voz”. Da noção de sujeito falante até a noção de polifonia, a teoria da enunciação se funda sobre o conceito central de voz.

No caso das teorias egocêntricas, este centramento é evidente. No caso das teorias alterocêntricas, o conceito de voz que subjaz aos modelos propostos sofre diferentes graus de mascaramento, dependendo do maior ou menor empirismo das abordagens. Assim, por exemplo, a chamada “Filosofia relacional da comunicação” (cf. ARMENGAUD, 1984; JACQUES, 1983), baseando-se no conceito de interação e postulando uma enunciação conjunta, define o *locutor* como o portador da voz, sendo reconhecido a partir da pergunta *quem falou?*; o *autor* é definido como uma instância interpessoal constituída pelos co-enunciadores “na medida em que toda frase é proferida ao mesmo tempo pelo outro e para o

outro... os co-enunciadores respondem à pergunta *quem disse?*” (ARMENGAUD, 1984). A Teoria da Polifonia de Ducrot (1987) propõe-se explicitamente, também, dar conta das múltiplas vozes que se justapõem nos enunciados. Contudo, poder-se-ia contestar que a figura do enunciador proposta por Ducrot e definida como *perspectiva enunciativa*, descola-se do conceito de voz, produzindo, desta maneira, um deslocamento com respeito às teorias anteriores. No entanto, vale a pena lembrar que no início da Teoria da Polifonia (1980), mesmo que se falasse em *perspectiva*, o conceito subjacente predominante era o de voz, o qual aparece mascarado pelo conceito de *responsabilidade*, na definição dos enunciadores como “fonte da responsabilidade pela força ilocucionária dos atos de fala realizados no enunciado”. Desta forma, sobretudo no início da teoria, os enunciadores de Ducrot não falam, mas é a sua voz a que é representada. Precisamente por esta causa o locutor pode se desligar da responsabilidade por determinado ato de fala, atribuindo-o a um enunciador com o qual não se identifica⁵. Posteriormente, com o desenvolvimento da Teoria dos Topoi⁶, a figura dos enunciadores ganha maior abstração⁷.

O conceito de dialogismo de Bakhtin, sobretudo na sua análise da obra de Dostoievsky (BAKHTIN, 1981), afasta-se do centramento no conceito de voz. Apesar de chamá-lo “romance bivocal”, as vozes apontadas por Bakhtin nada têm a ver com a noção de interlocução ou de responsabilidade que atravessa outras propostas sobre a enunciação; trata-se, no seu caso, de consciências de natureza *sígnica*, e portanto social e ideologicamente constituídas. As diferentes vozes representam centros de valorização ativa a partir dos quais se enuncia.

A meu ver, é a evidência onipresente do conceito de voz o que condena as teorias da enunciação à bidimensão. Levando em conta a relação dialógica entre o *eu* e o *tu* da interlocução, o lugar do *ele* só pode ser definido como locutor ou interlocutor potencial. Considerando a questão da referencialidade, o lugar do *ele* só pode ser definido como a não-pessoa, o lugar de todos os referentes possíveis. Porque referencialmente pode ser tudo e interacionalmente é só potencialidade, o lugar do *ele*, do ponto de vista da enunciação, não tem uma especificidade própria⁸. Esta carência de especificidade leva, paradoxalmente, a uma saturação, cuja conseqüência é a

imobilidade, a fixidez. Se se pensa, por um lado, na descrição tradicional (e “espontânea”) da situação enunciativa, observa-se que esta é definida a partir de três “componentes básicos”: alguém que “fala” (seja denominado sujeito falante, locutor, enunciador, etc. segundo as teorias), alguém a quem se “fala” (ouvinte, alocutário, destinatário, etc.) e o “falado” (emissão, enunciado, ato de fala, etc.). Por outro lado apresentam-se três “espaços”: o lugar da 1ª pessoa, o lugar da 2ª pessoa e o lugar da 3ª pessoa. O *eu* falante localiza-se no lugar da 1ª pessoa, o *tu* alvo no lugar da 2ª, o *ele*, enquanto locutor-interlocutor potencial, alinha-se junto com o *eu* ou o *tu* segundo o caso (nós inclusivo ou exclusivo), e enquanto referente “ilimitado” ocupa o lugar da 3ª pessoa não-pessoa. Três “componentes”, três “espaços”, sistema saturado e portanto fixo. Quanto mais, haveria, na dinâmica dialógica, reversibilidade, ou, na multiplicidade da polifonia, justaposição, mas nunca circulação.

Como superar o impasse, como abrir a teoria da enunciação a uma outra dimensão? Talvez trazendo à consideração as evidências de um outro campo. A lingüística esqueceu um princípio muito presente na literatura: aquele de que por trás de toda voz tem-se sempre um olhar que a sustenta. Não basta se perguntar quem fala, deve-se ainda saber de onde se está olhando. As vozes não fazem mais do que refletir e apagar ao mesmo tempo o complicado jogo de olhares entrecruzados que constroem a trama da enunciação.

A noção de perspectiva, de focalização, permite a abertura da teoria da enunciação à tridimensão, não só porque incorpora o lugar do *ele* ao jogo enunciativo, mas porque ao definir sua especificidade, desloca-se do centramento no conceito de voz para a dimensão dispersa do olhar.

2. EXIBICIONISMO E ESPELHOS

Abriu as reflexões sobre o funcionamento das instâncias enunciativas à dimensão do olhar implica passar da preocupação pela definição e caracterização das fontes enunciativas para a questão das perspectivas enunciativas (GUIMARÃES, 1995; 2002). Mas não se pode confundir esta reflexão sobre o “olhar” com uma abordagem de tipo semiótico da natureza do processo de percepção. Não é o processo de percepção (visão), mas **o complexo processo de categorização/conceitualização**

fundante do conhecimento, o que subjaz a noção de olhar aqui considerada.

Perspectiva e conhecimento estão estreitamente ligados; mais um princípio da literatura, esquecido pela lingüística. A onisciência é o resultado de uma perspectiva externa ilimitada, o narrador que vê tudo, sabe tudo. Na medida em que o narrador limita sua perspectiva à de uma das personagens, o seu conhecimento se restringe a uma porção limitada dos “fatos”. É nesta direção que vou definir perspectiva como **o lugar de subjetivação do real, como “mise en rapport” do real com o sujeito**. Assim definida, a noção de perspectiva reverte-se sobre si mesma superando os limites de sua definição enquanto categoria enunciativa e provocando com este movimento de (re)volta sobre sua origem teórica, a implosão da teoria da enunciação na sua evidência lingüística. Será preciso percorrer este caminho de ida e volta, desenvolvendo primeiro a proposta das perspectivas enunciativas para depois revisá-la criticamente.

O que levou a iniciar este percurso foi a constatação das limitações formais das teorias da enunciação. Já aponte os “pontos cegos” dessas teorias como duas faltas: a falta do lugar do *ele*, entendido como um funcionamento específico diferente do lugar do *eu* e do *tu*; a falta de circulação produzida pela saturação do “sistema”, a relativa fixidez das instâncias enunciativas.

É preciso, então, criar um espaço vazio, um “ponto de fuga”, para dissolver a saturação permitindo o trânsito de um lugar ao outro e, ao mesmo tempo, definir o lugar do *ele* especificando o seu funcionamento. Para isso, proponho, neste trabalho, considerar a natureza autorreferencial da linguagem e, principalmente, a reflexividade da enunciação.

É longamente sabido que a teoria dos atos de fala e sua elaboração dentro de uma teoria da enunciação e dentro da semântica argumentativa baseia-se na noção de mostra reflexiva (cf. RECANATI, 1982): todo enunciado é um ato de linguagem e enquanto tal se reflete sobre si mesmo, oferecendo uma indicação sobre o ato que a sua enunciação realiza; em outras palavras, o enunciado mostra a sua enunciação e este mostrar faz parte do seu sentido (cf. DUCROT, 1984). “A lo que significa la oración hay que añadirle lo que el hecho de su enunciación muestra” (RECANATI, 1982). Observa-se que, nestas teorias, a autorreferencialidade da linguagem é trabalhada

ao nível do enunciado, sendo definida como a reflexão do enunciado sobre si mesmo: ele diz e ao mesmo tempo mostra seu dizer (sua enunciação). Exibicionismo e não reflexo, esta noção de reflexividade supõe um olhar externo ao enunciado, espectador da sua mostraçãõ: o *tu* da relação dialógica, o interlocutor a quem se dirige o enunciado. "El tomar en consideración el acontecimiento enunciativo es una condición sine qua non de la representación. El acontecimiento enunciativo debe ser identificado, primeramente, como un acto que manifiesta la intención que tiene un sujeto de comunicarse con otro sujeto mediante el reconocimiento por parte de éste último de tal intención, y luego, como un acto que consiste en la enunciación de una oración" (RECANATI, 1982). Mais uma vez, as imagens distorcidas provocadas por uma teoria bidimensional centrada no conceito de voz.

O espaço tridimensional que proponho para a teoria da enunciação surge da reflexão da enunciação (não do enunciado) sobre si mesma, e entendo essa reflexividade não como exibicionismo (como mostraçãõ) mas como reflexo especular, como divisão espelhada.

Considero que a enunciação se organiza em dois planos simultâneos e sobrepostos cujo ponto de convergência e dispersão é o lugar do *ele*. Um dos planos é o das relações dialógicas, o das perspectivas da interação: constitui-se da perspectiva do *eu*, a do *tu* e a do *ele interno* (tema ou objeto do discurso). O outro plano é o da reflexão especular do plano anterior a partir de uma perspectiva extraposta de um olhar observador: constitui-se da perspectiva do *ele externo* e das perspectivas do *eu* e do *tu* extrapostas, as que se projetam e sobrepõem sobre as perspectivas do *eu* e do *tu* do outro plano. O lugar do *ele* funciona como pivô articulando os dois planos. A distinção entre perspectiva interna e externa está dada pelo modo de focalização (cf. BAL, 1982). Há focalização interna quando os enunciados se apresentam de qualquer uma das perspectivas do plano das relações dialógicas na interação. Há focalização externa quando os enunciados se apresentam desde uma perspectiva extraposta (fora) do plano da interação. A passagem de uma focalização interna para uma externa está dada pelo lugar do *ele observador*. O olhar cria sempre uma distância em relação ao olhado, é sempre o olhar do outro. E essa distância cria um *excedente de visão*: o outro é o *ele* do

plano da reflexão, o *terceiro* em posição extraposta. "El que comprende se vuelve inevitablemente el tercero del diálogo, pero la posición dialógica de este tercero es una posición muy específica. Todo enunciado siempre tiene un destinatario cuya comprensión de respuesta es siempre buscada por el autor de la obra y es anticipada por él mismo. El destinatario es el segundo del diálogo. Pero además del destinatario, el autor del enunciado supone la existencia de un destinatario superior (el tercero) cuya comprensión de respuesta absolutamente justa prevé... Cada diálogo se efectúa de manera que si existiera un fondo de comprensión-respuesta de un tercero que presencie el diálogo en forma invisible y que esté por encima de todos los participantes del diálogo" (BAKHTIN, 1979/1982, p.318-319).

Contrariamente à reflexividade do enunciado que supõe um olhar externo a ele, a reflexividade da enunciação se fecha em si mesma, capturando essa perspectiva extraposta dentro dos planos da enunciação, deixando-a aprisionada no jogo especular da reflexão.

Pode-se agora definir a especificidade do lugar do *ele* na enunciação. É um lugar desdobrado, dividido, cindido numa focalização interna e uma externa, e é esta, sua especificidade, o que faz dele o pivô articulador dos planos da enunciação, o espaço que reverte/reflete a enunciação sobre si mesma, criando um lugar de observação, um espaço extraposto que permite a circulação dos olhares.

Assim, na enunciação dos enunciados, o olhar pode ficar fixo em alguma das perspectivas dos planos, pode circular de uma perspectiva a outra ou podem se sobrepor e convergir simultaneamente olhares de diferentes perspectivas. Este funcionamento enunciativo fundado na circulação do olhar por diferentes lugares de perspectiva leva a reformular criticamente as propostas enunciativas apresentadas acima. O conceito de voz (e as categorias a partir dele desenvolvidas), embora dê conta de importantes aspectos do sentido do enunciado, não basta para descrever/explicar a sua totalidade significativa. A noção de perspectiva propõe um funcionamento enunciativo que, sobrepondo-se ao baseado no conceito de voz, o revela em sua insuficiência, completando-o.

3. O JOGO DOS RELEVOS E DAS SOBREPOSIÇÕES

Uma revisão da teoria da enunciação como a proposta tem claramente conseqüências para a análise lingüística. O primeiro alvo atingido são os pronomes. As análises sintáticas usuais sobre anáfora e co-referência começam a ser questionadas, limitando-se o seu onipotente “poder explicativo”. A seguir, apresento brevemente uns poucos exemplos rapidamente examinados (cf. ZOPPI FONTANA, 1989).

a- Referência dos pronomes possessivos e co-referência anafórica do pronome indefinido (circulação de perspectivas).

Como identificar a referência do pronome objetivo “isso” numa interação como a seguinte:

A (dirigindo-se a B): - Pegue seu cavalo e coloque no seu zoológico azul. (1)

B (dirigindo-se a A): - Não alcanço. (2)

(dirigindo-se a C): - Pode fazer isso por mim? (3)

A análise mais generalizada do pronome “isso” o descreve como um caso de referência textual (HALLIDAY & HASAN, 1976). A frase “fazer isso” seria uma forma substituta pro-sintagma (KOCH e FÁVERO, 1983), onde “fazer” funciona como pro-forma verbal em substituição dos verbos (“pegue” e “coloque”) e o “isso” como pro-forma nominal em substituição dos complementos objetivo (“o seu cavalo”) e locativo (“no seu zoológico”). Explicitando a paráfrase contida na forma substituta: “Pode fazer isso por mim” equivale a “Pode pegar o seu cavalo e colocar no seu zoológico por mim”.

Porém esta análise da relação anafórica entre o enunciado (1) e o (3) não permite interpretar corretamente a referência dos pronomes possessivos implícitos no enunciado (3). Para ser corretamente interpretado o pedido realizado por B a C, deve se entender a referência dos possessivos como mantendo seu centramento na perspectiva de A (e portanto referindo a o cavalo e o zoológico de B). Mas para assumir o pedido de B e reagir em conseqüência, C deve ao mesmo tempo ocupar a perspectiva de B (donde se pode enunciar “Não alcanço”) e a sua própria (para se constituir no destinatário mediado do pedido original de A agora transferido por B). A representa a perspectiva do eu, B a do tu e C a do ele observador. Fica claro que só considerando este “jogo de relevos”

pelo qual a enunciação se organiza como um trânsito constante de uma perspectiva a outra, chega-se a explicar o funcionamento dos pronomes e a identificar seus referentes.

Uma situação ainda mais complexa apresenta-se no caso do discurso referido, no qual o desdobramento recursivo do plano enunciativo segundo as diferentes enunciações relatadas, desdobra as perspectivas, dificultando a interpretação dos pronomes. Num texto como:

*O curso Papo era isso mesmo: papo. Batiam papo que só vendo. O Pavão até gostou, naquele tempo o pensamento dele era normal, ele gostava de conversar, de ficar sabendo o que é que os outros achavam, de achar também uma porção de coisas. Só tinha um problema: ele não podia achar nada, tinha que ficar quieto escutando o pessoal falar. Se abria o bico ia de castigo; se pedia pra ir lá fora ia de castigo; se cochilava (o pessoal falava tanto que dava sono), acordavam ele pra ir de castigo.*¹⁰

Se se limita a análise a uma abordagem sintática tradicional, o *ele* em “*ele não podia achar nada*” e a elipse anafórica em “*Ø se abria o bico*”, “*Ø se cochilava*”, podem ser interpretados como formas co-referenciais cujo antecedente é “*Pavão*”. No entanto, uma análise enunciativa que leve em conta a circulação de perspectivas de um plano enunciativo ao outro (as diferentes instâncias do discurso referido) revela que, no caso do *ele* explícito (em “*ele não podia achar nada*”), o “trânsito” das relações referenciais representadas pelas formas pronominais que designam o Pavão percorre três lugares de perspectiva (a perspectiva dos professores, a do Pavão e a do narrador), enquanto que a forma elíptica (“*Ø se abria o bico*”, “*Ø se cochilava*”), percorre só dois (a perspectiva do Pavão e a do narrador) (cf. ZOPPI FONTANA, 1989). Esta circulação diferenciada no processo enunciativo permite distinguir e interpretar o funcionamento dos enunciados em discurso indireto livre, p.e.: “*ele não podia achar nada*”.

Até aqui se observou o funcionamento de circulação das perspectivas, mas como já foi apontado, além de circular, elas podem se sobrepor umas às outras convergindo na enunciação de um mesmo enunciado. Vou citar a análise de Waldman (1982) sobre uma micro-narrativa de Dalton Trevisan para exemplificar este funcionamento.

b- Referência dos pronomes nominais e possessivos (sobreposição de perspectivas)

Reconheço a expressão dolorosa: minha mulher que me olha ou minha mãe para o monstro do meu pai.

Nesse micro-conto, o *eu* que fala, implícito na expressão *reconheço*, mascara-se na sua passagem a objeto *me* e se perde no jogo da equivalência *eu=ele*, passando a *ele*, sem perder, no entanto, o status de *eu*. Mas trata-se de um *eu* que ilustra o código que o constitui e repete, seriado, compartimentado, pelas regras da repetição. (WALDMAN, op.cit., p. 26)

Poder-se-ia analisar esta micro-narrativa como realizada por um locutor que se representa no enunciado pelas marcas da 1ª pessoa.

Mas esta análise não dá conta do sentido de repetição e desdobramento apontados por Waldman. Ainda dentro do marco da teoria da enunciação poder-se-ia considerar o funcionamento argumentativo da conjunção *ou* e postular dois enunciadores que se justapõem no enunciado, cada um representando uma das situações descritas: a atual entre o *eu* e a sua mulher, e uma anterior entre o pai e a mãe do *eu*. Mas esses dois enunciadores justaporiam suas perspectivas, quando, na verdade, o que explica o efeito de repetição é considerar que há sobreposição e simultaneidade. O olhar do *eu* (locutor) converge com o do *ele observador* (o filho) permitindo o deslocamento para identificar a situação atual com a passada.

c- Formas de polidez (sobreposição de perspectivas).

As formas “atenuadoras” ou “de polidez” poderiam considerar-se também como resultado de um funcionamento enunciativo de sobreposição. Em Serrani (1986), citando Maingueneau aparece a seguinte análise do uso do futuro do pretérito nos pedidos:

Maingueneau relaciona este funcionamento atenuador das formas em *-ria* com o de eufemização operado pela utilização do imperfeito em vez do presente, ao provocar um efeito de desatualização do pedido por meio do deslocamento do presente da enunciação para um passado fictício. Dizer quero é querer efetivamente, ao passo que dizer queria é somente relatar esse desejo, dissociando sujeito de enunciação e sujeito de enunciado.

Retomando a análise, pode-se dizer que o deslocamento para um passado fictício se produz pela passagem de uma perspectiva do *eu* na interação à perspectiva do *ele observador* no plano da reflexão, desde onde se “relata” o pedido. Ambas perspectivas estão sobrepostas na enunciação do enunciado.

Jogo de relevos ou de sobreposições, viu-se como o funcionamento enunciativo das perspectivas leva a reconsiderar certas análises lingüísticas aceitas usualmente como evidentes. No entanto, fica por examinar o terceiro tipo de funcionamento enunciativo que é aquele no qual as perspectivas permanecem fixas e separadas. Vou-me ocupar principalmente do efeito de *distanciamento* produzido por enunciações realizadas a partir do lugar da 3ª pessoa, geralmente analisado como “ausência do locutor do enunciado” ou como mecanismo de ocultação. Esta revisão dos mecanismos de impessoalização obriga a andar de volta o caminho percorrido até aqui, retomando a definição inicial de perspectiva e revisando-a criticamente.

4. DO EFEITO DE DISTANCIAMENTO À ILUSÃO DE EXTERIORIDADE.

Um dos lugares comuns mais recorrentes na lingüística é aquele que liga inescapavelmente o uso da 3ª pessoa (pronominal e verbal) com um efeito de distanciamento do locutor com respeito a seu enunciado. Os mecanismos de impessoalização se inserem num paradigma maior de formas gramaticais que permitem a indeterminação na linguagem. Essas formas são “explicadas” geralmente em duas direções: como ausência do locutor ou como procedimento de ocultação. A primeira direção levou a estabelecer tipologias de discurso (distinção discurso-história, BENVENISTE, 1966, reelaborada por SIMONIN-GRUMBACH, 1983; descrição do discurso autoritário, p.e. LAVANDERA, 1985b); a segunda direção levou ao estudo do implícito, do não dito no dito (p.e. DUCROT, 1987; LAVANDERA, 1985a). Mas uma análise discursiva do funcionamento da indeterminação na linguagem mostra que a passagem da forma gramatical usada (3ª ps., nominalização, desfocalização, etc.) aos efeitos de sentido produzidos não é tão “transparente” e automática. Pode-se citar o trabalho de Serrani (1986) que prova que um mesmo elenco de formas gramaticais, todas elas

definidas lingüísticamente como recursos de distanciamento ou indeterminação, manifestam funcionamentos discursivos diferentes segundo as condições de produção dos discursos nos quais aparecem.

Por outra parte, a identificação (transparência) entre forma gramatical e efeito de sentido é tão forte nas teorias lingüísticas que levam a confundir o que é resultado do jogo enunciativo com o processo discursivo de constituição do sentido. Assim, se reduz o funcionamento ideologicamente determinado dos processos discursivos à mecânica do jogo enunciativo, achatando a espessura vertical do discurso numa tentativa por apagar a sua materialidade histórica. Faz-se necessário, então, distinguir teoricamente efeito de distanciamento e ilusão de exterioridade.

Vou definir efeito de distanciamento dentro do modelo proposto de perspectivas enunciativas como o jogo enunciativo pelo qual enuncia-se desde a perspectiva do ele observador mobilizando os dois planos enunciativos já descritos (o das relações dialógicas e o da reflexão). O enunciado é proferido a partir dessa perspectiva extraposta, seja com o "olhar" fixado nela ou de "trânsito" por ela (p.e. textos em 3º ps., recursos de indeterminação), seja com o "olhar" do ele observador se sobrepondo a uma outra perspectiva (p.e. a micro-narrativa de D. Trevisan). Em poucas palavras, o efeito de distanciamento é o resultado de enunciar desde uma perspectiva externa. Isto não significa uma posição "exterior" de sujeito. Aqui se revela fundamental a definição de reflexividade da enunciação como reflexo especular. Sendo que a perspectiva externa não é mais do que o lugar enunciativo que se localiza no plano da reflexão, ela fica aprisionada na enunciação, não podendo ser confundida com qualquer posição de sujeito discursivamente determinada.

Essa posição de sujeito produzida pela confrontação das formações discursivas nos processos discursivos é o que chamo de ilusão de exterioridade e seu funcionamento se caracteriza por apagar as diferenças materiais entre as diversas posições de sujeitos possíveis numa formação social dada num momento histórico determinado. É o ON dos provérbios analisados por Grésillon et Maingueneau (1984), o enunciador genérico considerado em Guimarães (1987). Estes autores escapam à horizontalidade da enunciação, se afastando da evidência do efeito de

distanciamento para considerar o funcionamento discursivo dessas formas de generalização.

Grésillon et Maingueneau, por exemplo, caracterizam o funcionamento dos provérbios do seguinte modo:

Dans un cadre polyphonique, on remarquera que le locuteur du proverbe en est aussi l'énonciateur, c'est-à-dire, il l'assume personnellement, mais il ne le fait qu'en s'effaçant derrière un autre énonciateur, "ON", qui est le véritable garant de la vérité du proverbe". p.113

Nos termos da distinção feita acima, eu diria que os provérbios são a manifestação dos processos discursivos que produzem a ilusão de exterioridade. Esses processos poderiam ser descritos como uma tentativa de controle da polissemia e por um apagamento da materialidade das posições de sujeito. O funcionamento discursivo da *ilusão de exterioridade* produz a simulação de uma ordem natural, necessária do sentido, frente à qual as diferentes posições de sujeito ficariam subsumidas como contingências irrelevantes. O sentido se apresenta como fixado na unicidade do que é necessário por natureza, legitimando, desta maneira, uma única posição de sujeito possível. Sendo um o sentido, seria o mesmo para qualquer posição, "qualquer um" poderia enunciar-lo, ou posto de uma outra maneira, o sentido precederia ao sujeito, sendo apresentadas como irrelevantes as diferenças entre os diferentes lugares de enunciação¹². Daí a denominação de *ilusão de exterioridade*: cria-se a ilusão de uma posição "exterior" ao processo de constituição do sentido. O caráter ilusório desta posição "exterior" se faz evidente quando se considera na análise o conceito de interdiscurso, definido por Courtine (1981) como segue:

C'est à partir de l'interdiscours que pourront être analysées les modalités de l'assujettissement. En effet, l'interdiscours est le lieu dans lequel se constituent, pour un sujet parlant produisant une séquence discursive dominée par une FD déterminée, les objets que ce sujet énonciateur s'approprie pour en faire les objets de son discours, ainsi que les articulations entre ces objets, par lesquels le sujet énonciateur va donner une cohérence à son propos dans l'intradiscours de la séquence discursive qu'il énonce.

Dado que a interdiscursividade é constitutiva nenhum discurso pode-se constituir «fora» do «processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pre-construídos...provocando sua redefinição e redirecionamento...mas também provocando eventualmente o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos». (COURTINE et MARANDIN apud MAINGUENEAU, 1989).

Os procedimentos de controle da polissemia e de indistinação das posições de sujeito produzem como efeito o apagamento dos processos discursivos pelos quais toda formação discursiva define sua identidade se inscrevendo entre outras, num trabalho constante de delimitação de suas fronteiras em função dos embates da luta ideológica. Neste sentido é preciso entender a *ilusão de exterioridade* como um dos funcionamentos discursivos pelos quais uma formação discursiva se inscreve nessa luta, caracterizado pelo silenciamento e desconhecimento dos discursos outros com os quais ela se confronta no interdiscurso. Como diz Maingueneau (1989): “se um discurso parece indiferente à presença de outros é porque semanticamente lhe é crucial denegar o campo do qual depende e não porque poderia desenvolver-se fora dele” (p.122).

Voltando à análise dos provérbios, fica clara a necessidade de diferenciar efeito de distanciamento de ilusão de exterioridade. O ON impessoal, o deslocamento da enunciação a uma perspectiva externa generalizante não pode ser confundido com o funcionamento discursivo que chamei de ilusão de exterioridade e que acabo de descrever¹³. Uma confusão deste tipo subjaz ao conceito de “discurso sem bordas” (parole sans bord) de Authier (1981) que aparece no estudo do funcionamento discursivo das aspas. Nesse trabalho, as aspas são analisadas como as marcas do reencontro com um discurso outro, elas delimitam a zona dentro da qual, por um trabalho sobre as suas bordas, um discurso se constitui em relação a seu exterior. O discurso matemático é apresentado, pela autora, como um dos absolutos entre os que as aspas se equilibram: aquele do discurso sem bordas, do discurso que não tem exterior. Mas é preciso observar que o discurso matemático, constituído como linguagem formal, se baseia na unicidade e transparência do sentido (requisito fundamental da formalização). Poder-

se-ia considerar, então, que a falta de bordas não se deve à falta de um exterior mas, pelo contrário, ao fato de ele mesmo (o discurso matemático), enquanto produzido pelo funcionamento discursivo da ilusão de exterioridade, se situar imaginariamente nesse “exterior”. Desta maneira, embora na sua superfície lingüística aparecessem marcas de heterogeneidade mostrada (as aspas, p.e.), ele continuaria ainda “sem bordas”, desde que seja considerado no seu funcionamento discursivo e na sua particular relação com o interdiscurso que o constitui.

Deve-se mencionar ainda mais uma razão para distinguir entre *efeito de distanciamento* (jogo enunciativo) e *ilusão de exterioridade* (processos discursivos): há casos em que por causa de um deslocamento de perspectivas (efeito de distanciamento) ocorre um desdobramento da figura do locutor, sem que por isso, o discurso se inscreva no funcionamento da ilusão de exterioridade, por exemplo no seguinte texto:

He soportado cárceles, he soportado calumnias y he soportado infamias. Siempre puse el pecho, ninguno de mis amigos, ni peronistas ni no peronistas, puede decir que alguna vez Antonio Cafiero eligió la comodidad antes que su vocación de servicio. Pero este hombre que en este momento ocupa esta tremenda responsabilidad: la de haber generado en el Movimiento Justicialista la renovación,... se siente sumamente complacido de que algunas veces los dardos de la injuria traten de llegar a su persona. (Governador Cafiero, debate na TV, outubro 1987)

Pelo contrário, há casos em que os processos discursivos configuram-se no funcionamento da ilusão de exterioridade, mas não se observa nenhum efeito de distanciamento, p.e. o discurso político de cunho liberal que tipicamente se enuncia do lugar da racionalidade administrativa e do realismo político, lugares a partir dos quais se enuncia uma verdade auto-evidente, mas através de enunciados que, afetados pelo ethos democrático, se apresentam como representação de um **NÓS INCLUSIVO** que se confunde com o **TODOS** constitutivo da unidade imaginária da nação.

Todos debemos comprender que la paz que buscamos, la reconciliación que queremos, es el único camino que les queda a los argentinos para hacer el país que nos merecemos. (Presidente Alfonsín, 17-5-1984)

Com estas reflexões finaliza-se o percurso iniciado com o questionamento das teorias enunciativas e chega-se de volta ao ponto de partida (a noção de perspectiva) “com a experiência do caminho andado”.

5. A GUIA DE CONCLUSÃO

Neste trabalho apresentei uma proposta que visa modificar os pressupostos da teoria da enunciação e em seguida demonstrei a sua insuficiência. Simples impulso autodestrutivo do raciocínio dialético? Mais do que isso.

Por um lado, a análise enunciativa ganha plasticidade com as noções de perspectiva e de circulação e sobreposição descritas. Esta plasticidade a faz mais adequada como instrumento inicial de “entrada” no texto na análise dos processos discursivos.

Por outro lado, fica notório o achatamento discursivo das teorias da enunciação, o que leva a reconsiderar a noção de perspectiva para dotá-la de materialidade histórica. Isto só é possível articulando essa noção ao interdiscurso e se inscrevendo, desta maneira, decididamente na análise discursiva das posições de sujeito.

Neste sentido, trabalhos recentes de Guimarães (2002), que propõem estudar a enunciação a partir de uma Semântica do Acontecimento, sinalizam um percurso possível para o desenvolvimento de estudos nesta linha. Meu próprio trabalho sobre a relação entre lugares de enunciação e processos de subjetivação (cf. ZOPPI FONTANA, 2001b e 2002) aponta, também, um caminho possível, já percorrido em parte com a colaboração de um grupo de pesquisadores, cujos textos balizam trajetos sumamente instigantes.

Fica por conta do leitor prosseguir a exploração, avançando nas trilhas já traçadas ou se aventurando por novas sendas.

BIBLIOGRAFIAS

- ANSCOMBRE, J.J. org. (1995) *Théorie des Topoi*. Paris, Kimé.
- ANSCOMBRE, J.J. & O. DUCROT. (1994) *La argumentación en la lengua*. Madrid, Gredos.
- ARMENGAUD, . (1984) “Le locuteur en relation: vers un statut de co-énonciateurs”. In: *DRLAV* 30, p. 63-78.
- AUTHIER, J. (1981) Paroles tennes à distance. In: *Matérialités discursives*, Lille, Press Univesitaires, p. 127-142.
- (1984) Hétérogénéité(s) énonciative(s). In: *Langages* 73. p. 98-111.
- BAKHTIN, M. (1979). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. SP: Hucitec.
- (1981). *Problemas da Poética de Dostoievsky*. RJ: Forense.
- (1982). *Estética de la creación verbal*. México, SXXI.
- BAL, M. (1982). Narration et focalisation. Pour une théorie des instances du récit. In: *Poetics Today* 3. p.107-127.
- BENVENISTE, E. (1976). *Problemas de Linguística General*. SP: Nacional/EDUSP.
- COURTINE, J. (1981). Analyse du discours politique. In: *Langages* 62. p.9-128.
- DUCROT, O. (1980). *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- . (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- . (1989). Argumentação e “topoi” argumentativos. In: Guimarães, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, p. 13-38.
- FIORIN, J.L. (1996) *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço, tempo*. São Paulo: Ática.
- GARCÍA NEGRONI, M.M. (1998). Argumentación y dinámica discursiva. Acerca de la Teoría de la Argumentación en la Lengua. In: *Signo & Seña*. Revista del Instituto de Lingüística. (9): 23-43 *Lengua, argumentación y polifonía*. Buenos Aires, Fac. De Filosofía y Letras/UBA,
- GRÉSILLON, A. ET D. MAINGUENEAU. (1984). Polyphonie, proverbe et détournement. In: *Langages* 73.
- GUIMARÃES, E. (1987) *Texto e Argumentação. Um Estudo de Conjuncões do Português*. Campinas: Pontes.



- _____. (1995). *Os limites dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.
- HALLIDAY, M. & R. HASAN. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.
- JACQUES, F. (1983). La mise en communauté de l'énonciation. In: *Langages* 70. p. 47-72.
- KOCH, I. e L. FÁVERO. (1983). *Linguística textual: introdução*. SP: Cortez.
- LAVANDERA, B. (1985 a). Decir y aludir. Una propuesta metodológica. In: *Filología XX*, 2. p.21-31.
- _____. (1985 b). Hacia una tipología del discurso autoritario. In: *Plural* 5.
- MAINGUENEAU, D. (1989). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes.
- MARTINS, E. (1984). A complexidade referencial do pronome *ele*. *Série Estudos*. Uberaba, (9): 15-29, Faculdades Integradas de Uberaba.
- _____. (1990). *Enunciação e diálogo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ORLANDI, E. (1987). *A Linguagem e seu Funcionamento*. Campinas: Pontes.
- PERELMAN, CH. ET OLBRECHTS-TYTECA, L. (1970). *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Bruxelas, P.U.B.
- RECANATI, F. (1983). *La transparencia y la enunciación*. Bs. As., Hachette.
- SANTOS, M. de O. (2004). *O provérbio é um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP.
- SERRANI, S. (1986). As construções indeterminadoras enquanto recortes macrosintáticos do discurso. In: *O Histórico e o discursivo*. Uberaba, Série Estudos, 12.
- SIMONIN-GRUMBACH, J. (1983). Para uma Tipologia dos Discursos. In: R. Jakobson et al. *Língua, Discurso, Sociedade*. SP: Global.
- WALDMAN, B. (1982). *Do vampiro ao Cafajeste*. Uma leitura da obra de Dalton Trevisan. SP: Hucitec; Curitiba: Sec. de Cultura e Esportes.
- ZOPPI FONTANA, M. (1989). El tercero excluído: de los exilios de la lengua. In: *Cadernos de Estudos da Linguagem*, (16): 75-96. Campinas: IEL/UNICAMP.
- _____. (1995a). Processos de Nomeação e Interpelação Política: O nós do discurso alfonsinista. In: *Cadernos do Instituto de Letras – UFRGS*, (13): 95-104. Porto alegre, Universidade Federal de rio Grande do Sul.
- _____. (1995b). O espanhol no espelho. In: *Anais do Encontro sobre Políticas Linguísticas, UFPR/1995*. Curitiba, UFPR/ AUGM Associação de Universidades Grupo Montevideú, p.62-65.
- _____. (1997a). O outro da personagem: enunciação, exterioridade e discurso. In: Brait, B. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, p.115-127.
- _____. (1997b). *Cidadãos modernos. Discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2001a). Lugares de enunciação e discurso. In: *Boletim da ABRALIN: II Congresso Internacional da Abralín; Fortaleza, 13 a 16 de março de 2001*. Número 26 especial. Fortaleza, Imprensa Unversitária/UFC, 2003, p.199-20.
- _____. (2001b). O discurso e seus diferentes aspectos. Mesa redonda no Seminário de pesquisa "Perfilando políticas e projetos". Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, novembro, 2001
- _____. (2002). Lugares de enunciação e discurso. In: *Leitura-Análise do Discurso. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística*. Nº. 23, jan/jun, 1999. Maceió, EDUFAL, p. 15-24.
- ZOPPI FONTANA, M. & M.M. GARCÍA NEGRONI. (1992). *Análisis lingüístico y discurso político. El poder de enunciar*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina

NOTAS

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística (UNICAMP)



como projeto de Doutorado em 1990. Desenvolvimentos posteriores foram realizados através de diversas publicações, entre elas: Zoppi-Fontana, 1992; 1995a; 1995b; 1997a; 1997b. Recentemente, por ocasião do II CONGRESSO Y V COLOQUIO DE LA ALED (Puebla-MX, out/03) e do COLOQUIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAUL, México D.F., fev/04), entrei em contato com pesquisadores mexicanos e franceses (D. Zaslavsky; E. Emilson; F. Castañón; M. E. Gómez; L. Berrucos; P. Charaudeau, entre outros) que integraram um projeto bilateral de pesquisa, destinado ao estudo de O TERCEIRO DO DISCURSO, cujos resultados serão publicados em breve. Os produtivos debates com estes pesquisadores e com a Profa. Dra. Maite Celada (DLM/USP) me convenceram da atualidade do tema, o que me levou a retomar aquelas reflexões iniciais, publicando esta versão ligeiramente modificada do texto original.

² Prof^a Dr^a de Semântica da Enunciação e Análise do Discurso/UNICAMP.

³ Benveniste propõe também a categoria de “ausência de pessoa”, cf. adiante.

⁴ Porém, é necessário destacar que Bakhtin (1979/1982) no seu artigo “Autor y personaje en la actividad literaria” trabalha explicitamente o lugar do terceiro propondo pensá-lo a partir da noção de “excedente de visão” e “posição extraposta”. No meu trabalho, redefino esse funcionamento como “ilusão de exterioridade”. Cf. adiante e também Zoppi-Fontana (1995a; 1995b; 1997a; 1997b).

⁵ Cf. as análises pragmáticas dos operadores argumentativos em Ducrot (1987)

⁶ Cf. Ducrot (1989); Anscombre (1995), entre outros.

⁷ Cf. García Negroni (1998), para uma apresentação crítica da evolução da definição da figura do enunciador na Teoria da Polifonia. A autora afirma que os enunciadores, definidos em um primeiro momento como agentes dos atos ilocucionários, foram mais tarde caracterizados como pontos de vista. Essa primeira definição da figura dos enunciadores ia, segundo a autora, contra o projeto de Anscombre & Ducrot (1994) de desinformatizar a Semântica, pois ao fazer dos enunciadores os responsáveis pelos atos

ilocucionários, reintroduzia-se o informativo no nível semântico mais profundo, dado que conforme Searle, o ato de fala contém um componente objetivo de natureza informativa, a saber, seu conteúdo proposicional.

⁸ Merece destaque aqui os trabalhos de Martins (1984; 1990) que desenvolvem uma reflexão original sobre o lugar do ele no diálogo.

⁹ Dados apresentados e analisados em aula pela Profa. Dra. Cláudia de Lemos (IEL/UNICAMP), durante os seus seminários de Pós-graduação em 1988 e 1989.

¹⁰ Fragmento de A casa da madrinha de Lygia Bojunga Nunes. Agradeço ao Prof. Dr. Valdir Barzotto a preciosa indicação deste texto.

¹¹ Guimarães (2002) propõe distinguir lugares de dizer de lugares de enunciação e articula ambas séries de figuras enunciativas ao funcionamento das posições de sujeito no interdiscurso.

¹² Santos (2004) aborda o funcionamento dos provérbios de forma original, deslocando produtivamente a reflexão do enunciado proverbial para a enunciação proverbial. A autora demonstra que a enunciação proverbial se atualiza mobilizando diferentes enunciadores coletivos particulares, a partir dos quais se produz como efeito um simulacro de verdade geral, compartilhada por todos.

¹³ Neste sentido, o trabalho de Santos (2004) é paradigmático, ao distinguir o efeito de verdade geral produzido pelo funcionamento da enunciação proverbial, do ponto de vista particular e restrito dos enunciadores coletivos a partir dos quais os provérbios são enunciados, enunciadores estes ideologicamente determinados pelas diversas posições de sujeito que se confrontam no interdiscurso.⁸

¹⁴ Sou grata a: Neuza Zattar, Ana Josefina Ferrari, Vera Regina Martins e Silva, J. Guillermo Milán Ramos, Águeda Cruz Borges, Lucimar Ferreira, Gislaíne Pinto Ferreira, Lúcia Insarraulde, Ilka O. Mota, Mônica Oliveira Santos, Carmen H. Agustini, Edna A. S. Mello, Judite Albuquerque, Carlos F. Tenreiro, Érica Queiroz, Adriana Almeida e M. Virgínia Borges Amaral.

Aceito para publicação em 08/07/2004